

O que aparece e se resolve com a greve

"A greve não faz aparecer dinheiro nos cofres públicos, não faz o orçamento equilibrado, nem resolve o problema que precisamos resolver."

PAULO BERNARDO – MINISTRO DO PLANEJAMENTO

O ministro do Planejamento está tentando demover os servidores federais de responder com a greve ao descumprimento dos acordos de 2007, cuja "repactuação" o governo pretende arrancar usando como pretexto a extinção da CPMF.

A não ser que pretenda abolir o direito de greve, o argumento do ministro não resiste a uma análise. Afinal, "dinheiro" é, tão somente, a expressão de uma riqueza acumulada. A riqueza é produzida pelo trabalho. A greve é a interrupção do trabalho. Portanto, é somente para quem quer fazer as coisas limitarem-se à sua aparência exterior que o exercício do direito de greve teria como objetivo fazer "aparecer dinheiro".

O objetivo de uma greve é disputar com os patrões e seus agentes o destino que se dá ao dinheiro. Lucro para poucos ou salário

para muitos? No setor privado essa é uma disputa mais imediata e direta.

No setor público, a disputa é pela destinação do orçamento, como, aliás, não cansa de alardear o próprio governo, desde a votação da CPMF. Nesse caso, o que "aparece" com a greve é a política do governo na distribuição orçamentária. O "problema" que a greve pode resolver é obrigar o governo a atender aos servidores em vez de atender aos patrões - banqueiros em primeiro lugar - beneficiados pela especulação financeira.

A Plenária da Condsef vai acontecer dias 23 e 24 de fevereiro. Na sua preparação, cada servidor e servidora está chamado a discutir as propostas de mobilização, incluindo a entrada em greve, para exigir o cumprimento dos acordos e a conclusão de todas as negociações, para atender às reivindicações do conjunto da categoria.

Os Planos de Carreira nas lutas de 2008

Segundo os planos do governo, 2008 seria o ano para concluir a "reformulação dos planos de carreira". Parece uma boa notícia para todos os que lutam para corrigir distorções e injustiças acumuladas ao longo de muitos anos. Mas é bom ter parcimônia com o otimismo. O que o governo Lula pretende, na verdade, é acelerar e concluir a implementação da política iniciada pela contra-reforma administrativa, iniciada por FHC-Bresser Pereira por meio da Emenda 19, de 1998.

Sob a capa da "modernidade" e da "gestão por competência" o que nos aguarda é uma nova ofensiva para impor a quebra da paridade em todos os setores, principalmente por meio das "gratificações de desempenho" que, ademais, abrem para a regulamentação das demissões (PLP 248/98). Essas medidas seriam completadas pelas "fundações estatais-privadas" (PLP 92/07) e os "fundos de pensão" (PLC 1992/07, que decorre das ECs 20, 40 e 41). Tudo estaria amarrado pelo PLP 01 (congelamento salarial, que no Senado virou o PLS 611) e pela virtual proibição das greves como consequência da "regulamentação" imposta pelo STF.

Durante o ano de 2007, a resistência dos servidores federais, apoiada nas ações da CUT Nacional, conseguiu bloquear o PLP 01 e os demais projetos que tramitam no Congresso.

PGPE, Seguridade e Acordos

Agora, a luta contra esses projetos do governo vai ter que se somar à exigência de cumprimento dos acordos e conclusão das negociações em curso.

Particularmente, o governo está devendo a apresentação da proposta do PGPE, o setor mais numeroso da categoria, desde o início de dezembro.

É hora de defender com unhas e dentes todas as reivindicações e os direitos, renovando a disposição de luta e a unidade com os trabalhadores do setor privado construída ao redor da CUT.

Assembléia Geral do Sindsep-DF

**20.02 - Quarta-feira - 12h30 - Espaço do Servidor
- Esplanada dos Ministérios (ao lado do Bloco C)**

PAUTA: Eleição de Delegados para a Plenária da Condsef

Sindsep entrará com ações em favor de celetistas

Em assembleia realizada no dia 30.01, com a presença da assessoria jurídica do Sindsep-DF, os servidores celetistas do Hospital das Forças Armados (HFA) aprovaram o ingresso de diversas ações judiciais em favor dos servidores ocupantes de emprego público no órgão, entre as quais, a que trata da redução da carga horária de 36 horas para 24 horas semanais; concede progressão funcional; e altera o percentual e a base de cálculo para pagamento de adicional de insalubridade, passando de 20% para 30% sobre o salário base e não mais o mínimo.

Outra questão amplamente debatida foi a situação jurídica dos celetistas, uma vez que hoje não existe mais abrigo na Constituição Federal para este tipo de contratação por órgão público pela administração direta. A assessoria jurídica do Sindsep-DF ficou de estudar o caso e informar as possíveis soluções na próxima assembleia, marcada para a quarta-feira, dia 13.02, às 12h, na marquise da entrada principal do hospital.



Confira o conteúdo do "Editoriais", novo espaço do sítio do Sindsep-DF na internet

SINDSEP-DF CUT
Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF

Editoriais

- 28/12/2007 - A conta do CPPF não é do servidor: cumprimento dos acordos!
- 12/12/2007 - Não ao PIS/6,11!
- 05/12/2007 - CPPF e SALÁRIO: Chegou pra dividir os trabalhadores
- 27/11/2007 - Torem as mãos do Previdência
- 26/11/2007 - Mobilização do PGPE
- 22/11/2007 - Governo apresenta proposta para a seguridade social
- 13/11/2007 - Chapéu 1 à nova diretoria afeta
- 06/11/2007 - Matérias de interesse do servidor
- 04/11/2007 - A responsabilidade está com o governo Lula
- 12/10/2007 - Eleições do Sindsep-DF: 7 e 8 de novembro
- 10/10/2007 - Qualificação de desembargador RUIPI para a aposentadoria, PESQUISA para o efetivo
- 08/10/2007 - O que significa o "reconsideramento das contas"
- 01/10/2007 - Relembre as reivindicações
- 31/09/2007 - Sr. Presidente, cumpra seu palavrão
- 27/09/2007 - NEGOCIAÇÃO DOS PLANOS DE CARREIRA - Deve estar as impasses
- 10/09/2007 - Seus patrões, 56 mil servidores ainda é pouco!
- 03/09/2007 - Um aniversário de luta
- 27/08/2007 - Servidores recusam reajuste do PIS/6,11
- 20/08/2007 - Marca a área de negociação
- 13/08/2007 - TODOS À ESPALHADA!
- 06/08/2007 - Centro a agenda dos patrões: Lula, atenção à CUT
- 23/07/2007 - CUT apresenta reivindicações à Lula: Rio 15 vidas cabem a resposta
- 23/07/2007 - LULA NO PAN: Sindsep-DF apresenta reivindicações
- 16/07/2007 - Ataque aos direitos não passará!
- 09/07/2007 - Todos juntos em defesa dos direitos
- 22/07/2007 - Servidores defendem o direito de greve
- 27/06/2007 - ARARIPE A DESEMBURSA NO IBAMA!
- 19/06/2007 - Servidores enfrentam brutalidade do governo
- 12/06/2007 - Greves sóramos negociações
- 14/04/2007 - Correspondeu o ponto de consenso

Próxima página

SINDSEP-DF CUT
Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF
Av. Presidente Vargas, 100 - Ed. Segurança 14º e 17º andares CEP: 70.002-000 Brasília/DF
Tel.: (61) 3212-1800 Fax: 3226-8699

Ibama

Corregedoria promete apurar denúncias

Em audiência no dia 07.02, a direção do Sindsep-DF, solicitou à corregedora-substituta do Ibama, Anette Barata Figueiredo, agilidade na apuração dos processos nº 02001.001.606/2007-62 e 02063.000107/2006-42, que tratam de denúncias de possíveis irregularidades verificadas na administração do Parque Nacional de Bra-

sília, que vão desde derrubada de árvores centenárias, sem verificação dos efeitos colaterais sobre a fauna; utilização de veículos oficiais para atender interesses particulares; aplicação de punição a servidores sem abertura do respectivo processo legal; suspensão da fiscalização noturna; e aplicação de penalidades diferenciadas para empresas que

cometeram a mesma infração, entre outras.

A direção do Sindsep-DF saiu bastante otimista da reunião, especialmente porque a corregedora informou que o primeiro passo foi ouvir as partes envolvidas, o que é mais demorado, e que, a partir de agora, irá analisar todo o conteúdo das denúncias para tomar as medidas adequadas.

MPlanejamento

Plano de Carreira já!

Os servidores do PGPE do Ministério do Planejamento continuam mobilizados pelo Plano de Carreira, incorporação extensiva da CSISTE e isonomia com as carreiras existentes no órgão. Os representantes e servidores do MP farão assembleia em fevereiro, em data a definir, para tratar de estratégia de luta para reabertura imediata das negociações.

Servidores exigem retomada das negociações

Os representantes dos servidores da Seguridade Social (Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência e da Saúde, DRTs, Funasa e CRPS) cobraram da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, em reunião no dia 31.01, a imediata retomada das negociações para que se façam as correções necessárias na proposta apresentada pelo governo, no dia 29.11 do ano passado e considerada inaceitável pelo setor.

Além dos baixos valores apresentados, especialmente para os níveis auxiliar e intermediário, os servidores exigem a paridade entre ativos e aposentados, conforme proposta apresentada pelo setor ao



governo, dia 19.12 de 2007 (EG 266). Na proposta do governo, um servidor ativo de nível superior, último padrão, receberia, na

ativa, uma remuneração de R\$ 5.129,00. Mas, ao se aposentar, sua remuneração cairia bruscamente para R\$ 2.610,40. O de

nível intermediário, também no último padrão, enquanto ativo receberia R\$ 2.533,41 e ao se aposentar passaria para R\$

1.506,51. E o servidor de nível auxiliar, enquanto ativo no último padrão receberia R\$ 1.868,78, teria sua remuneração reduzida para R\$ 1.006,38, ao se aposentar (leia tabela no EG 264).

Embora tenha ratificado a sua "disposição em cumprir os acordos e retomar as negociações", o governo foi intransigente e manteve a posição de só tratar do assunto após aprovação do Orçamento 2008 que, atualmente, está sendo reprocessado face à não aprovação da CPMF. Portanto, a participação de todos os servidores na assembleia geral do Sindsep, dia 20.02, é imprescindível para que façamos valer nossa força.

Imprensa Nacional

Sindsep insiste em audiência com direção

Apesar da negativa da direção da Imprensa Nacional em receber os representantes dos servidores, o Sindsep-DF decidiu insistir na realização da audiência e encaminhou, na sexta-feira, dia 08.02, um novo ofício cobrando a reunião.

No dia 28.01.08, a direção do órgão havia informado oficialmente ao Sindsep-DF que não pretendia atender à solicitação dos servidores, com a seguinte justificativa: "a proposta de criação de carreira específica para os servidores da Imprensa Nacional foi aprovada pelos servidores em assembleia geral da Associação dos Servidores da Imprensa Nacional – ASDIN, realizada em 6 de novem-

bro de 2007, inclusive, entregue formalmente ao Senhor Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 19 de dezembro de 2007, conforme notícias veiculadas por meio dos Informativos de nº 281 e 331, da ASDIN". Como se a direção da Imprensa Nacional não tivesse nada a ver com o assunto! Ocorre que existem problemas no Plano que precisam ser discutidos:

- a) manutenção da paridade entre ativo-aposentado-pensionista;
- b) exclusão da avaliação de desempenho para fins remuneratórios e punitivos;
- c) previsão de reajuste anual pelo índice de in-

flação das tabelas remuneratórias;

- d) incorporação da GPDIN nos vencimentos.

Além disso, mesmo que haja recusa em conversar a respeito do Plano, a direção do órgão não pode se furtar a discutir outros pontos pautados por meio de diversos ofícios, como o retorno dos servidores redistribuídos e a forma de liberação do servidor e diretor deste sindicato, Inácio Lima, para participar das atividades do Sindsep.

Vale lembrar que a primeira audiência foi solicitada no dia 23.10 de 2007 e reiterada diversas vezes, inclusive com a pauta de reivindicações detalhada item por item.

Vitória na Justiça!

Redistribuídos da IN podem ser enquadrados no PGPE

O Sindsep-DF ganhou uma importante batalha na Justiça, garantindo aos servidores redistribuídos da Imprensa Nacional (IN) o direito de serem enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE).

O Mandado de Segurança impetrado pelo sindicato, que recebeu sentença favorável do juiz Moacir Ferreira Ramos, da 17ª Vara Federal, beneficia apenas dois dos onze "tabelistas" da IN, redistribuídos para o Ministério da Justiça (4) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (11).

Embora ainda aguarde a decisão judicial das outras nove ações, o sindicato vai cobrar da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento a extensão do benefício aos demais servidores e insistir com o diretor-geral da Imprensa Nacional, Fernando Tolentino, para que receba todos aqueles que queiram retornar ao órgão, por ser uma questão de corrigir uma injustiça praticada pelo governo.

Sindicato vai até o filiado

Para agilizar a comunicação com os filiados e a resposta às suas demandas, a direção do Sindsep-DF criou o **Atendimento Integrado**, que se organiza em quatro frentes de trabalho:

1) O Posto de Atendimento Avançado, localizado no Espaço do Servidor/Esplanada dos Ministérios, ao lado do Bloco C e que já está em funcionamento das 8h às 17 horas, sem intervalo para o almoço;

2) O Atendimento Telefônico, que está em fase de reestruturação na

sede do sindicato (SBS Qd. 1 Bloco K 16º andar);
3) O Fale Conosco, canal

virtual, disponível no sítio www.sindsep-df.com.br. Em todas essas frentes, o

servidor pode esclarecer dúvidas e receber orientação, sobre ações judiciais, filiação, formação sindical, por exemplo, além de também poder encaminhar críticas e sugestões;

4) Os Plantões Jurídicos, que continuam ocorrendo na sede do Sindsep e nas delegacias sindicais dos blocos C e K (Ministério do Planejamento) e U (Ministério de Minas e Energia). Confira os horários na tabela ao lado.

PLANTÕES DO JURÍDICO

DIA	LOCAL	HORÁRIO
2ª Feira	Sede do Sindsep-DF	16h às 18h
3ª Feira	Bloco "K" Planejamento Sede do Sindsep-DF	10h às 12h 16h às 18h
4ª Feira	Bloco "C" Planejamento Sede do Sindsep-DF	10h às 12h 16h às 18h
5ª Feira	Sede do Sindsep-DF	16h às 18h
6ª Feira	Bloco "U" Min. Minas e Energia Sede do Sindsep-DF (Interno)	10h às 12h 14h às 18h

Anistiados

Vitória: servidores tomam posse na Conab

Dos 204 anistiados beneficiados pelas Portarias 6 e 7, de 21 e 22.01.08, cem tomaram posse na última sexta-feira, dia 08.02, na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Na sede, em Brasília, são apenas 19 reempossados.

Este é mais um marco importante na luta dos anistiados, que há mais de 17 anos foram demitidos pelo governo Collor. Porem, o número ainda é pequeno em relação aos mais de dez mil anistiados existentes em todo o país. Por isso, o Sindsep-DF continuará lutando de forma incessante até o retor-

no do último anistiado.
Continuam em alerta!

Reunida na sede do sindicato, no dia 31.01, a Coordenação das Comissões dos Anistiados voltou a discutir a dinâmica do processo de retorno dos anistiados. A expectativa do grupo é que, após o feriado de carnaval, haja uma retomada mais efetiva da publicação de novas portarias.

A reunião contou com representantes de anistiados de todo o Brasil, que decidiram dar continuidade à cobrança de agilidade no retorno de todos os anistiados, tanto por meio do acompanhamento dos



trabalhos da equipe do governo responsável pelos procedimentos de retorno, como buscando

apoio parlamentar. Ficou ainda decidido que não está descartado o retorno do acampamento em

frente ao Ministério do Planejamento (Bloco K), caso os trabalhos não sejam desenvolvidos a contento.

Em vez de suspender os aumentos, por que o governo não cobra a dívida dos sonegadores?

Já diz muita coisa a respeito da situação do serviço público o título da matéria jornalística “Lula quer aumentar arrecadação, mas esbarra

nas deficiências de estrutura do próprio governo” publicada no sítio “O DIA ONLINE”, de autoria de Ana D’Angelo, em 22 de janeiro.

O texto expõe a deficiente estrutura administrativa e técnica em que se encontra o Ministério da Fazenda, especificamente a Secretaria

da Receita Federal do Brasil e, mais ainda, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Ambos são os principais órgãos arrecadadores da

União e é a eles que incumbe cobrar o total de R\$ 1,4 trilhão em impostos devidos. Leia o artigo no sítio do Sindsep-DF na internet.

Leia no sítio do Sindsep na internet



■ MFazenda - A luta é pelo Plano Fazendário
www.sindsep-df.com.br